

Table of contents

Contents

TRANSLATOR'S BRIEF2

RESOURCES.....3

SOURCE TEXT.....4

TRANSLATOR'S BRIEF

You are being provided with a source text of approximately one and a half pages. Please produce a final self-revised translation in the target language of this test.

Your translation must be fully usable as it stands. The task must be completed without the use of tracked changes or annotations, and comments must not be inserted in the body of the text. Any such comments will not be taken into account in the evaluation of the test.

RESOURCES

Please consult IATE, EurLex and the Style Guide as appropriate, using the links provided below:

[IATE](#)

[EurLex](#)

[DGT English Style Guide](#)

SOURCE TEXT

A União Europeia vive em reforma constante. A legislação e os procedimentos em vigor são sujeitos a renegociações contínuas a fim de os alterar, atualizar, adaptar ou revogar. Os esforços crescentes da Comissão para melhorar a legislação são bem visíveis no seu atual programa de trabalho. O programa REFIT para a adequação e a eficácia da regulamentação é o seu elemento principal. Este programa visa reduzir a burocracia e os custos administrativos, no intuito de melhorar o quadro geral dos investimentos. Os Comissários selecionaram, em conjunto, uma série de propostas e de legislação vigente que tencionam analisar, de forma a torná-las mais consentâneas com as necessidades dos cidadãos e das empresas.

Já houve um tempo em que a Comissão propunha 130 novas iniciativas por ano. Para este ano de 2015, a Comissão tenciona apresentar apenas 23, no total. Desde que assumiu funções, a Comissão já retirou ou reapreciou 73 propostas legislativas.

No que se refere às competências, trata-se mais de saber «como» vão ser adaptadas do que «se» irão ser adaptadas. Londres exige atualmente uma transferência de poderes em grande escala, mas até agora ainda não avançou pormenores. Talvez devido à circunstanciada Avaliação do Equilíbrio de Competências efetuada pelo governo de coligação em 2012-2014, em que a administração pública do Reino Unido analisou as competências da UE em 34 domínios, tendo concluído que a atribuição de competências na UE era, em geral, adequada.

O governo britânico quer que os parlamentos nacionais tenham direitos de verificação mais amplos no que se refere à legislação da UE. Do ponto de vista dos conservadores, a legitimidade democrática da UE só pode ser reforçada a nível nacional. Nesta linha, o «cartão amarelo» que permite que um terço dos parlamentos nacionais da UE apresente uma queixa contra uma proposta

legislativa por motivos de subsidiariedade, deveria converter-se em «cartão vermelho», ou melhor, num direito de veto.

Não é só o Reino Unido, também a Dinamarca e os Países Baixos estão preocupados com a questão da participação dos parlamentos nacionais no processo legislativo da UE. As câmaras alta e baixa do parlamento alemão também estão preocupadas com a questão. De facto, para o Reino Unido trata-se de uma questão de soberania nacional.

Em princípio, o Tratado de Lisboa já aumentou consideravelmente os poderes de verificação dos parlamentos nacionais. Nos termos do artigo 5.º do TUE, os parlamentos nacionais devem participar plenamente na verificação do cumprimento do princípio da subsidiariedade. Se considerarem que este princípio não foi respeitado, os parlamentos nacionais podem agora exercer o seu veto, rejeitar a proposta de ato legislativo e instaurar uma ação no Tribunal de Justiça da União Europeia através do respetivo Estado-Membro.